

DOI: 10.15175/1984-2503-20157306

Formalismo e Generalização nas sociologias do estrangeiro de Simmel e Schutz

Marcelo Pereira de Mello¹

Resumo

Este trabalho pretende realizar uma análise crítica das sociologias do estrangeiro de Georg Simmel e de Alfred Schutz. Tais autores são influentes na compreensão sociológica do estrangeiro como tipo social, mas ambos têm definições excessivamente formalistas que não exploram a riqueza dos aspectos comunicacionais envolvidos na relação entre nativo cultural e estrangeiro. Deixam, assim, inexploradas as potencialidades de inovação cognitiva e avanço epistemológico possibilitado pelo fenômeno da imigração. O trabalho parte de uma minuciosa análise comparativa das obras referenciais de ambos os autores para tratar dessa relação.

Palavras-chave: estrangeiro; cognição; cultura.

Formalismo y generalización en las sociologías del extranjero de Simmel y Schutz

Resumen

Este trabajo es un análisis crítico de las sociologías del extranjero de Georg Simmel y de Alfred Schutz. Ambos autores, influenciados fuertemente por sus biografías pero cada uno a su manera y fiel a su estilo, escribieron sobre inmigrantes e inmigración. Son importantes en la comprensión sociológica del extranjero como tipo social, pero ambos tienen definiciones excesivamente formalistas que dejan de lado la riqueza de los aspectos comunicacionales envueltos en la relación entre nativo cultural y extranjero. De esta forma, dejan inexploradas las potencialidades de innovación cognitiva y de avance epistemológico que posibilita el fenómeno de inmigración. El trabajo se basa en un análisis comparativo de las obras referenciadas de ambos autores que tratan de esta relación.

Palabras clave: Extranjero; cognición; cultura; Simmel; Schutz.

Formalism and generalization in the sociological forms of Simmel and Schutz's strangers

Abstract

This work critically analyzes the sociological forms of Georg Simmel and Alfred Schutz's strangers. Both authors, each in their own way, and true to their style, wrote about immigrants and immigration in a manner which was influenced by their own biographies. This influence reveals itself in their sociological understanding of the stranger as a social type, however both works feature excessively formalist definitions that do not touch upon the wealth of the communication involved in the relationship between the cultural native and the stranger. The potential for cognitive innovation and epistemological advances facilitated by the phenomenon of immigration therefore remain unexplored. The work departs from a comparative analysis between these key works by both authors in their treatment of this relationship.

Keywords: Stranger; cognition; culture; Simmel; Schutz.

¹ Doutor em Ciências Humanas pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professor Associado da Universidade Federal Fluminense.
E-mail: mpmello@unisys.com.br.

Formalismo et généralisation dans les sociologies de l'étranger de Simmel et Schutz

Résumé

Cet article se veut une analyse critique des sociologies de l'étranger de Georg Simmel et d'Alfred Schutz. À leur manière, fidèles qu'ils sont à leur style respectif, nos deux auteurs ont traité des immigrés et de l'immigration sous forte influence de leurs biographies personnelles. S'ils sont incontournables pour la compréhension sociologique de l'étranger en tant que type social, ils proposent tous deux des définitions excessivement formalistes qui n'explorent pas suffisamment la richesse des aspects communicationnels impliqués dans les rapports entre natif et étranger. Ils laissent ainsi de côté les potentialités d'innovation cognitive et d'avancées épistémologiques que font surgir les phénomènes migratoires. Ce travail se base sur une analyse comparative des ouvrages de référence des deux auteurs pour traiter de ces rapports.

Mots-clés : Étranger ; cognition ; culture ; Simmel ; Schutz.

西美尔和舒茨对“外国人”的社会学研究中的形式主义和概括

摘要

本文分析了乔治·西美尔和阿尔弗莱德·舒茨有关“外国人”的社会学研究。两位作者都通过自己的自传，自己的写作风格，描述了“外国人”--外国移民的困境。他们的著作对社会学理解“外国人”很有帮助，但是，他们的定义过分形式主义，忽略了外国人和当地人的丰富的文化交流。在对移民现象的认知创新方面，两人留下了遗憾。本文通过比较分析两位作者的著作，得出了如此的结论。

关键词: 外国人，认知，文化，西美尔，舒茨。

Introdução

A sociologia fenomenológica contemporânea não tem dado muito destaque aos estudos sobre imigração e sobre o imigrante a despeito de dois de seus autores referenciais Alfred Schutz² e Georg Simmel³ terem trabalhos específicos e importantes sobre o tema. Ambos à sua maneira e fiéis aos seus estilos escreveram sobre imigrantes e imigração influenciados fortemente por suas biografias. Os estudos de Simmel sobre o “estrangeiro”, podemos dizer, refletem sintomaticamente a singularidade do autor no mundo acadêmico da Prússia de seu tempo. Intelectual respeitado e reconhecido na *intelligentsia* alemã foi desprezado, entretanto, pela academia em seu país onde jamais obteve um posto de prestígio. Foi um “estrangeiro” afastado do mundo político e intelectual germânico conforme as características de “proximidade” e “distância” que ele considerava distintivas dessa condição⁴. Schutz, por sua vez, foi um imigrante do tipo tradicional, austríaco de nascimento, transferiu-se para Nova York em 1939 onde fundou a Phenomenological Society. Simmel nos seus escritos sobre o estrangeiro como um tipo sociológico procurou descreve-lo de forma abstrata e relacional como que a caracterizá-lo

² Schutz, Alfred (2010). “O Estrangeiro – Um ensaio em Psicologia Social”. In *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, n. 113, p.117-129, out.

³ Simmel, Georg (1989). *Sociologia*, Milano: Comunità.

⁴ Segundo Lewis Coser o “o estrangeiro na academia” apud Cohn, Gabriel (2003). *Crítica e Resignação*, São Paulo: Martins Fontes.

menos como um indivíduo especial e mais como uma “posição” ocupada virtualmente por qualquer um em diversas situações. Para este autor o estrangeiro é simultaneamente familiar e estranho, tal qual era a sua condição como intelectual ao mesmo tempo prestigiado e marginal. Schutz, por seu turno, o principal autor da sociologia fenomenológica enfatiza os aspectos mais cognitivos da relação do estrangeiro com a sociedade na qual procura se integrar com todas as dificuldades de compreendê-la e de se fazer entender. Sua opção consoante à sua sociologia geral é a de centrar a análise nos aspectos cognitivos da interação entre a cultura do imigrante e a cultura nativa que o recebe. Como afirma, ninguém poderá jamais compreender o sentido profundo da cultura anglo-americana se só tiver lido Shakespeare traduzido e não em sua língua natural⁵. Em comum, esses autores seguem o caminho metodológico da desnaturalização do “estrangeiro” subsumindo o imigrante concreto, o indivíduo, num agente, retirando-lhe as características idiossincráticas para se fixarem em alguns dos elementos essenciais do “tipo social”. Os autores são importantes para compreensão do imigrante, especialmente o entendimento dos aspectos relacionais e cognitivos desta condição. Nossa crítica a ambos, entretanto, se aterá na ausência de elementos mais cotidianos da vida do imigrante e, como consequência, no sentido de que produzem análises muito formalistas.

O estrangeiro como tipo: espaço e relação social na descrição de Simmel

Simmel ocupa-se do estrangeiro num capítulo de seus escritos sobre o ordenamento espacial da sociedade e seus impactos na organização político-administrativa⁶. É sintomático de sua abordagem sociológica formalista que a definição do estrangeiro e do imigrante seja feita a partir da descrição de uma relação que se estabelece entre um indivíduo, qualquer um, e a cultura de determinado grupo ao qual não pertence, mas que, no entanto, de um modo especial, é membro e participante. Não se verifica em Simmel qualquer tentativa de descrição das características distintivas de alguma ou de algumas pessoas especiais. Na sua sociologia do estrangeiro sobressaem, assim, duas dimensões: a espacial e a relacional, uma definida em confronto à outra. Na verdade, Simmel trata em sua obra da questão do imigrante como um “excursão” de seu estudo mais amplo sobre os fatores sociais e históricos do ordenamento societal, espacial e político, ou seja, como uma digressão da posição assumida por qualquer indivíduo num

⁵ Schutz, Alfred (2010). Op. Cit.

⁶ Simmel, G. (1989). “Lo spazio e gli ordenamenti spaziali della Società”. In Simmel, Georg. (1989). Op. Cit.

conjunto de relações desde que estas relações estejam determinadas por condições sociais específicas e ocorram num lugar também determinado.

A questão espacial assim colocada em plano especial para a análise do estrangeiro contém o primeiro elemento fundamental na análise em tela e merece esclarecimentos pormenorizados. Simmel é um sociólogo e não um geógrafo e para ele o espaço físico é um dado vazio se não for colocado como um lugar onde transcorrem as relações sociais. Como afirma: "*Não é a disposição de proximidade ou distância espacial que cria os fenômenos de familiaridade ou estranheza, por mais controvertido que isso possa parecer*"⁷. Familiaridade e estranhamento são fenômenos eminentemente de natureza "psíquica", afirma, e não elementos simplesmente espaciais, do mesmo modo que não se pode depreender o conteúdo de uma conversação a partir do meio de comunicação onde ela ocorre (telefônico⁸); ou compreender as motivações de uma batalha inferindo-as simplesmente do meio físico onde ela acontece, embora em ambos os eventos o meio de comunicação e as condições físicas possam exercer algum tipo de determinação. Simmel invoca o filósofo Kant neste aspecto particular para afirmar que o espaço físico em princípio vazio transforma-se em algo significativo para nós somente quando o preenchemos com sentidos derivados das relações recíprocas que estabelecemos com o espaço. Transforma-se, somente desse modo, em mais que um espaço físico, i. e., num lugar revestido de sentido, como referência específica de nós mesmos⁹. A associação, prossegue, cria nos diversos modos de ações recíprocas entre os indivíduos diferentes possibilidades de estarem juntos num "sentido espiritual"¹⁰, mas de muitas maneiras o espaço físico onde estas relações se estabelecem imprimem uma ênfase particular em seu alcance cognitivo.

O autor recorre à história da organização política e administrativa dos grupamentos sociais para entender de que forma é possível o surgimento do estrangeiro como "tipo". Parte assim, à maneira de Weber, da descrição de uma situação ideal típica de como teria ocorrido a passagem de uma organização territorial e administrativa originária no grupo consanguíneo, dirigida exclusivamente pelo conjunto de parentes, para uma organização territorial que vai cedendo a administração política familiar para uma organização estatal referendada, em princípio, na distribuição territorial. No início, afirma Simmel, poder

⁷ Traduzido de Simmel, G (1989). Op. Cit, p. 524.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem, p. 525-26.

¹⁰ Ibidem, p. 525.

político e administrativo, território e consanguinidade são uma só e mesma coisa. A família e a parentela estão fixadas num território o qual dominam e administram segundo as conveniências do grupo. A expansão econômica e o crescimento populacional de certa monta, no entanto, vão promovendo o desenvolvimento da organização estatal como uma administração centralizada que vai se contrapondo progressivamente a organização política dos grupos parentais. A organização política construída sobre o princípio do grupo parental esta fadada a dissolver-se, então, porque nenhuma de suas subdivisões apresenta uma organicidade e estabilidade independente do território comum, e sua competência e alcance apresentam-se limitados em comparação com a maior racionalidade e eficiência da organização estatal¹¹. A exclusão recíproca dos grupos não é compatível com a relatividade da posição dos diversos componentes do Estado, na medida em que a organização estatal se contrapõe como único elemento absoluto aos poderes segmentados territorialmente pela parentela¹².

De acordo com Simmel o espaço físico é a base do poder político-administrativo que se estabelece entre os grupos, assim como, em razão inversa, as relações que se estabelecem no plano político-administrativo estatal se contrapõem a organização espacial dos grupos¹³. O caráter difuso da vida pastoril incrementa, contraditoriamente, uma tendência administrativa centralizante que culmina com o surgimento das grandes cidades que se tornam referência de segurança por se transformarem na sede do poder organizativo dos territórios dispersos. Perde, assim, progressivamente influência todo tipo de conselhos fundados na parentela (os conselhos de anciões, p. ex.) e ganha importância em sentido inverso à posse de patrimônio, especialmente pecuniário, a centralização administrativa como referência e base para o poder¹⁴.

É por essa razão, segundo Simmel, que o surgimento das monarquias não intervém primeiramente na organização social dos territórios, mas promove a unificação militar e fiscal e, significativamente, subdivide o país em governadorias que não coincidem mais com a antiga divisão tribal. A monarquia centralista cristã, afirma, demonstrou-se ser superior à organização político-administrativa do paganismo porque os santos não protegiam a comunidade parental, mas a comunidade local¹⁵. A organização da cidade é superior à organização parental, conclui, porque é mais racionalizada e mecânica. Como

¹¹ *Ibidem*, p. 584.

¹² *Ibidem*.

¹³ Simmel, G (1989). *Op. Cit.*

¹⁴ *Ibidem*, p. 585.

¹⁵ *Ibidem*.

consequência o avanço do comércio e a sofisticação da produção fazem com que a produção vá progressivamente se despregando do espaço territorial e do mercado consumidor local. O surgimento dos cartéis, por seu turno, torna a produção independente da mão de obra local e do mercado consumidor local. Para o autor tais são as condições do surgimento do comércio extraterritorial e como consequência do comerciante itinerante.

Essas são as razões do porque, para Simmel, o estrangeiro é frequentemente o comerciante e o comerciante um estrangeiro¹⁶. Há uma razão funcional destacada pelo autor nesta condição do imigrante. Como afirma, enquanto uma economia se restringe somente ao consumo daquilo que produz internamente o comerciante estrangeiro é um tipo inexistente porque não se faz necessário. De outra forma, na medida em que uma economia se abre ao exterior para a venda de seus produtos ou por necessidade de incorporar insumos de fora à sua produção eis que surge o comerciante estrangeiro como um tipo desejável. Essa vocação para o comércio e as funções de intermediação monetária para a sua consecução é o que explica segundo Simmel o fato do estrangeiro não ser frequentemente um proprietário fundiário. Previsivelmente, autor cita os judeus como um povo que personifica, por esta razão, o tipo estrangeiro “clássico”¹⁷.

Simmel localiza, assim, a sua sociologia sobre o estrangeiro dentro de sua análise da relação multideterminada entre configuração espacial e relações sociais. A migração e o tipo social do estrangeiro não se traduzem apenas como o resultado de um deslocamento espacial. O estrangeiro só é um tipo sociológico possível quando o indivíduo pode se deslocar de um território a outro e nele se fixar em função da progressiva racionalização da economia e da administração política.

O “estrangeiro” por seu turno é um tipo social apenas na medida em que embora de origem (territorial, racial, parental) diferente do grupo em que se situa ele se vincula a este mesmo grupo de diversas e especiais maneiras. Como afirma:

*Aqui então não se entende o estrangeiro no sentido repetidamente falado até aqui, isto é, como o viajante que hoje vem e que parte amanhã, mas como aquele que hoje vem e permanece amanhã, por assim dizer o viajante potencial que por não se ter casado, não superou a essência do legado de ir e vir.*¹⁸

¹⁶ Ibidem, p. 580.

¹⁷ Ibidem, p. 581.

¹⁸ Traduzido de Simmel, G. (1989). Op. Cit., p. 584.

Simmel introduz desse modo em sua análise espacial da imigração o aspecto relacional na composição que faz o tipo social do estrangeiro. O estrangeiro, afirma, comporta uma relação de proximidade e de distancia, de estranhamento e de familiaridade sem as quais não se pode defini-lo como tipo social. Como frequente em sua sociologia, a condição de diferença do estrangeiro só pode ser definida em relação ao que se afirma como diferente dele, na exata medida em que o diferente só pode existir como tipo quando contrasta com o que é igual. Não há igualdade e diferença como qualidades isoladas uma da outra, na medida em que não se pode definir aprioristicamente o que é igual sem a referência ao que é diferente e vice versa. É por isso que a condição de estrangeiro é relacional e não uma qualidade inerente a qualquer tipo de pessoa em especial.

Deriva dessa condição relacional de ser próximo e distante e de pertencer e não pertencer ao mesmo tempo aos grupos fixados localmente - por condições de parentesco, territorialidade e identidade profissional - que o estrangeiro guarde uma característica especial como tipo social. O estrangeiro é um crítico “objetivo” das questões locais. Não apenas no sentido de que seja um crítico distante e não participante da vida do grupo local, mas porque, como afirma Simmel, essa objetividade é resultado ao mesmo tempo dessa condição de distância e vizinhança, de indiferença e engajamento¹⁹. Ou seja, o estrangeiro é aquele cuja expressão opinativa e de juízo guarda a sua “objetividade” como uma qualidade socialmente reconhecida devido a sua condição específica em relação aos grupos locais. Como exemplo dessa qualidade socialmente reconhecida da objetividade do estrangeiro, Simmel cita a prática de cidades italianas que no passado nomeavam para suas cortes locais os “juizes de fora” por guardarem independência dos interesses imediatos dos grupos locais, familiares e partidários.

Essa objetividade e liberdade em relação às posições partidárias pode também conter seus aspectos “perigosos”, afirma. No caso de revolta de qualquer espécie, o partido atacado pode sempre acusar a ingerência de agentes estrangeiros como os responsáveis pelos danos e por haverem incitado contra si as hostilizações. Mas isso representa, no entanto, uma visão exagerada daquela característica que mais sobressai ao estrangeiro e à sua condição perante o grupo que é a sua maior capacidade de expressar objetivamente e com menos paixão os acontecimentos em relação aos nativos que estão organicamente vinculados ao grupo.

¹⁹ Simmel, G. (1989). Op. Cit.

A concepção de Simmel sobre os elementos de “proximidade” e de “distancia” presentes na relação do estrangeiro com o grupo comporta ainda uma especificidade. O que ocorre com o estrangeiro, conforme o autor, é que a sensação de proximidade está definida pelo fato de que o grupo nativo compartilha com ele os elementos mais gerais da sua existência, como o fato de pertencerem todos a uma só humanidade, ou até condições mais específicas tais como participarem de círculos profissionais ou sociais, por exemplo, comuns. Já entre os naturais de uma sociedade a proximidade é expressa pela semelhança que têm em relação à diferença com tudo aquilo que constitui o geral. Segundo o autor os termos relativos à condição de “proximidade” e de “distancia” não estão, na realidade, adstritos somente a essa relação do imigrante com o grupo nativo, i.e., com afinidades parentais e espaciais. O estranho é na verdade parte de toda e qualquer relação que estabelecemos com outrem, algo presente até mesmo nas relações amorosas. Como afirma, a mais íntima relação amorosa se erige num primeiro estágio na rejeição dos amantes a todo e qualquer tipo de generalização da sua experiência como casal: o encontro amoroso se afirma no início como aquele que é único e que somente se realiza com aquela pessoa com quem se compartilha algo percebido como original. Um sentimento de estranhamento ocorre, no entanto, aos imersos naquela relação²⁰, ao casal, quando a sensação de unicidade da sua experiência cede lugar à ideia de que aquela é uma relação como tantas outras do mesmo tipo e que aquilo que ocorre àquele casal é o que afinal ocorreu e ocorre a tantos outros casais, em todos os tempos. Surge assim a sensação de estranhamento e esta é a origem do ciúme segundo o autor. Toda relação supõe, portanto, segundo Simmel, uma intensa transação entre sentimentos de proximidade e distancia, de intimidade e de estranhamento. Somente numa não-relação, como a que os gregos tinham com os bárbaros é que faltam a transação entre proximidade e distância, e entre os sentimentos de intimidade e estranhamento²¹.

Com essas concepções relativísticas Simmel quer enfatizar que a condição de estrangeiro não se refere a alguma característica específica relativa ao país de origem, à cidade, ou mesmo à “raça” de qualquer indivíduo, mas que diz respeito a uma condição de estranheza associada à percepção característica do diferente e do distante. O estrangeiro nesse sentido sociológico não é um indivíduo, mas um “tipo”, da mesma forma que o comum e o vizinho são percebidos como “tipos”. O autor exemplifica essa

²⁰ Segundo Simmel, G. (1989). Op. Cit., p. 583. “è difficile stabilire se come causa o come effetto”.

²¹ Ver a este respeito Cotesta, Vittorio (2002). *Lo Straniero – Pluralismo culturale e immagini dell’Altro nella società globale*, Milano: Editori Laterza.

afirmação com um exemplo histórico citando a forma de coleta da *Beeda*²², uma espécie de imposto fiscal recolhido à época em Frankfurt e em tantas outras cidades alemãs e europeias. Segundo o autor esse imposto era fixado para os cidadãos cristãos em proporção com o seu patrimônio, mas para os judeus a taxa era única para todo e qualquer indivíduo sem qualquer consideração desse tipo.

Essa concepção do estrangeiro de Simmel conquanto ofereça uma perspectiva sociológica sofisticada que não se detém na descrição de indivíduos, mas na caracterização do tipo, termina por ser, segundo nossa apreciação, formalista em excesso e guarda com a sociologia mais tradicional a falta de uma especificidade da condição especial do estrangeiro como um sujeito real e atuante para além do tipo social. O recurso do autor à história como forma de identificação no tempo da origem do estrangeiro, também nos parece um tanto artificial e forçada. A ideia de que o estrangeiro é o comerciante e o comerciante é o estrangeiro, com a usual e esperada citação nominal aos judeus nos parece também um tanto inadequada para uma proposta sociológica que pretenda trabalhar com a abstração, mas que procura também dizer algo de específico sobre a vida cotidiana de imigrantes. Se fosse para invocar uma apreciação do tipo sociológico e não do indivíduo concreto melhor teria fazê-lo conforme o estudo que Weber sobre as posições ou “situações de mercado” e as posições ou “situações de status”²³. Nesta perspectiva, o comércio não é uma vocação “natural” do imigrante por que a história medieval europeia invocada na explicação de Simmel construiu as condições econômicas e políticas para o deslocamento comercial da produção e das matérias primas. Na verdade, o comércio é atividade ancestral do imigrante (qualquer um e não apenas na história europeia) porque ele está situado numa esfera da vida social onde os critérios de seleção do melhor e do mais capaz são dados por fatores universalizantes de mercado tais como racionalidade econômica, senso de oportunidade, inovação e existência de alguma forma de recompensa dos mais operosos. Mercadorias satisfazem necessidades que podem ser, como diz Marx, reais ou imaginárias, mas que de todo modo não são discriminadas por parte daqueles que as consomem prioritariamente pela sua origem, mas pela proporção do prazer e da necessidade segundo uma lógica de custo e benefício. Os comércios de especiarias de tempos ancestrais são uma prova

²² Simmel, G. (1989). Op. Cit., p. 583.

²³ Weber, Max. (2002). *Ensaio de Sociologia*, São Paulo: LTC.

disso. Essa é talvez a mais antiga lição da prática econômica dos povos, de qualquer povo, não apenas dos europeus.

Imigrantes, qualquer imigrante e não apenas os judeus, se dedicam prioritariamente ao comércio porque são posições que estão em disputa na sociedade por critérios universais de mercado. Em contrario senso estão as posições de prestígio que Weber chama de posições ou “situações de status”. Essas, como regra, são monopólio dos grupos nativos de famílias, parentelas e amizades construídas pelos vínculos de consanguinidade e pertinência aos grupos religiosos, militares, escolares e tantos outros grupos oriundos dos liames comunais. As suas distinções e hierarquias, comendas e títulos não estão à disposição no mercado das competências provadas por critérios universais e, portanto, não estão ao alcance do imigrante, do estrangeiro, mas são restritas aos membros nativos dos grupos.

Alfred Schutz: Os impactos da imigração na cognição e na dinâmica dos acervos de conhecimento

Ao estudar o estrangeiro o objetivo de Schutz se centra no entendimento dos esforços de interpretação que uma pessoa transplantada de sua cultura nativa para outra realiza com vistas a orientar-se no interior desta. Na acepção da fenomenologia de Schutz estrangeiro é um indivíduo, em suas palavras, “adulto, do nosso tempo e civilização que tenta ser ‘aceito’ ou ao menos ‘tolerado’ pelo grupo do qual ele se aproxima”. O exemplo mais adequado para estes fins é o “imigrante”, embora, à maneira simmeliana, Schutz afirme que o imigrante não é um indivíduo concreto, mas um “tipo”. Como afirma, a condição de estrangeiro não está adstrita ao imigrante, mas inclui, por exemplo, “o candidato a um clube fechado, o futuro noivo que quer ser aceito pela família da namorada, o filho do fazendeiro que entra para a faculdade, o morador da cidade que se muda para o meio rural, o ‘selecionado’ que ingressa nas forças armadas, a família de um trabalhador simples que se muda para a cidade”²⁴. Todos esses “tipos” podem ser considerados, segundo o autor, “estrangeiros”, embora seja o imigrante aquele que vive com maior intensidade a típica “crise cognitiva” que experimenta todo aquele que intercambia de “mundos”, entendidos como complexos culturais com seus códigos, linguagens e símbolos específicos.

²⁴ Schutz, Alfred (1995). *El problema de la realidad social*, Buenos Aires: Amorrortu editores. p.118.

Nos escritos de Schutz sobre o estrangeiro, da mesma forma que em Simmel, pode-se perceber uma indelével influência de Weber. Mas, no caso de Schutz, de outro Weber. Enquanto Simmel aproxima-se do “estrangeiro” reconstruindo o “tipo” a partir de uma perspectiva historicista retirando de processos supostamente apodícticos de organização espacial e política a fixação do “tipo ideal” do estrangeiro, como faz Weber, por exemplo, em sua Sociologia do Direito, Schutz se fixa mais no Weber cognitivista, mais preocupado com as questões de compreensão e interpretação do sujeito e das relações sociais. Digamos que Schutz é influenciado nos seus escritos sobre o estrangeiro por uma certa interpretação de Weber filtrado pela influência da fenomenologia de Edmund Husserl.

Ao se fixar nestes elementos cognitivistas, Schutz procura escapar de uma sociologia tradicional do imigrante e da imigração e sua abundante produção de dados agregados sobre o fenômeno de assimilação e ajustamento social, relativos a emprego, gênero, renda, legais e tantos outros aspectos com que sociólogos, geógrafos, economistas, juristas e outros profissionais se aproximaram da questão. Para o fenomenólogo o estranhamento dos dados sensíveis do mundo da atitude natural, i. e., daquele plano da realidade tomado como verdadeiro porque evidenciado pelos sentidos, i. e., constatado empiricamente como algo que está aí, requer reflexão e não simplesmente aceitação.

Para fins de uma compreensão correta dos escritos de Schutz sobre o imigrante é necessário compreendermos um pouco das noções de “acervo de conhecimento”, “mundo da vida cotidiana” e “intersubjetividade” de sua sociologia geral. Como é sabido, Schutz dedica sua sociologia ao estudo dos métodos utilizados pelas pessoas comuns para desvendarem e atuarem num mundo vivido com outros e as regras de convivência que daí emerge. A pergunta fundamental destes estudos definida filosoficamente por Edmund Husserl é: dado que o mundo das relações sociais não é um mundo estruturado em elementos naturais, i. e., auto evidentes e apodícticos, como as pessoas chegam a desenvolver a crença na existência de uma sociedade naturalizada na qual atuam como se esse plano da realidade compartilhada fosse independente dos sentidos subjetivos aplicados a ela. A essa pergunta segue a hipótese principal da sociologia fenomenológica de que esse mundo naturalizado é resultado de uma construção intersubjetiva. Ou seja, na vida cotidiana, aquela na qual vivemos em interação com outros, aprendemos enquanto nativos de tal ou qual cultura os elementos básicos que nos permitem

comunicar sentidos tacitamente acordados e atuarmos na expectativa de que nossas ações e interpretações sobre uma situação específica correspondem a um mundo real e serão imediatamente compreendidas pelos outros iguais, i.e., outros-eus nativos da minha cultura.

Como nativos de determinada cultura somos socializados em uma infinidade de processos, jogos, afinidades e experimentamos situações estruturadas em papéis, funções e identidades previamente definidas aos quais vamos incorporando à nossa experiência pessoal, i. e., à nossa biografia, e que passam a constituir o nosso “acervo de conhecimento”. Essa noção é fundamental para entendermos a reflexão de Schutz sobre o estrangeiro. O “acervo de conhecimento” é um conjunto de conceitos, receitas, teorias, hipóteses, fórmulas, princípios e procedimentos os quais utilizo como um conhecimento verdadeiro para efeito de minha ação e relação com outros. O acervo de conhecimento permite ao nativo de uma cultura se tornar um indivíduo competente na definição, descrição e consequente ação nas situações práticas nas quais é colocado na sua vida cotidiana.

Em sua análise sobre o estrangeiro Schutz destaca três características do conhecimento circunscrito à atitude natural do homem comum que age e pensa dentro do mundo de sua vida cotidiana: 1) é incoerente; 2) somente parcialmente claro; 3) não totalmente livre de contradições²⁵. E acrescenta: É incoerente porque os interesses que determinam a relevância dos objetos selecionados não estão coerentemente integrados num sistema plenamente organizado e em longo prazo. Os interesses das pessoas mudam segundo as necessidades mais imediatas do trabalho, projetos de vida e lazer. Em cada momento esses planos dos interesses pessoais mudam conforme as diferentes prioridades assumidas nos diferentes momentos da vida. Não é incomum, também, encontrarmos pessoas que se dizem católicas e a favor da pena de morte, liberais e contra a descriminalização do uso de drogas, etc. É apenas parcialmente claro porque os indivíduos não possuem o total entendimento das relações entre o seu mundo e os princípios gerais que dominam estas relações. Utilizam, por exemplo, os serviços de telefonia, mas não estão interessados nos princípios de seu funcionamento e nas leis da física que permitem a sua realização. Que o seu ônibus ou metrô funcionará amanhã, exemplifica, é quase tão certo quanto o sol nasce todos os dias²⁶. Por fim, o

²⁵ Simmel, Georg (1989). Op. Cit., p. 120.

²⁶ Schutz, Alfred (2010). Op. Cit., p. 120.

conhecimento de senso comum é inconsistente porque as opiniões e os julgamentos que faço a respeito do mundo frequentemente variam sem qualquer justificativa lógica ou coerência interna. Como o conhecimento dos indivíduos está distribuído em assuntos localizados e em diferentes níveis de relevância em sua vida as opiniões de pai, cidadão, profissional podem variar e variam frequentemente sem qualquer observância a um padrão lógico²⁷.

Para o homem comum em seu mundo da atitude natural o sistema de conhecimento assim adquirido e disposto não apresenta qualquer problema de coerência ou consistência lógica. Pelo contrário esse “pensar habitual” segue como algo incontestado e verdadeiro e apresenta, de acordo com Schutz, as seguintes suposições: 1) a vida, especialmente a vida social, continuará sendo a mesma independente dos julgamentos que tenho dela ou das minhas experiências pessoais. Como diz Husserl a respeito do mundo da atitude natural “o mundo está aí”, basta constatá-lo, ele seguirá sendo igual ao que sempre foi, independente das minhas posições ou opiniões. Começou antes de mim e seguirá sendo o mesmo depois de minha passagem por ele. 2) podemos confiar no conhecimento legado a nós por nossos predecessores como um conhecimento válido e confiável, “verdadeiro”, porque já demonstraram sua validade e eficácia anteriormente. 3) Não preciso saber tudo sobre todas as coisas, basta uma noção geral ou “estilo” dos eventos para lidar com eles. 4) os sistemas de receitas, as tipificações e as fórmulas que aplico às situações comuns para seu entendimento não são meus assuntos particulares mas são aceitos e utilizados igualmente por todos os meus semelhantes.

Tais conceitos elementares da sociologia fenomenológica de Schutz nos ajudam a entender a sua abordagem sobre o estrangeiro. O estrangeiro nestes termos é alguém que em virtude de sua situação especial não compartilha as suposições básicas acima mencionadas que compõem o padrão cultural dos diferentes grupos. Aquilo que para os membros nativos de uma sociedade é inquestionável é para o estrangeiro motivo de dúvida e incerteza²⁸.

Para o estrangeiro o padrão cultural do grupo do qual se aproxima não tem a autoridade de um “sistema de receitas”, especialmente porque ele não participa e nem compartilha da tradição histórica da sua formação. Não é que o estrangeiro não tenha a perspectiva de que a cultura do grupo aproximado não tenha a sua própria história e que

²⁷ Ibidem, p. 121.

²⁸ Ibidem, p. 122.

ela não seja de certo modo acessível a ele. No entanto, ele nunca tomou parte desta história e sua biografia não registra qualquer vivência ou experiência ancestral com ela. Como afirma Schutz: *“Nem túmulos nem reminiscências podem ser transferidos ou conquistados”*²⁹. Dessa forma o estrangeiro quando se aproxima do outro grupo é um “recém-chegado”. É alguém que quando muito pode estar disposto e aberto a partilhar o presente e o futuro com este grupo de forma intensa e imediata, mas será sempre alguém excluído de um passado do qual ele não participou.

No seu processo de aproximação com o grupo receptor, portanto, o estrangeiro é tomado por um intenso posicionamento crítico com respeito ao “padrão cultural” do grupo aproximado. Nos momentos iniciais dessa aproximação ele ainda conserva em sua maneira de apreciar o outro, suas próprias referências culturais e utiliza inquestionadamente seu acervo de conhecimento, aquele que considera natural sobre a concepção do mundo, o qual utiliza para avaliar as situações e se relacionar com a cultura receptora. O estrangeiro é, num primeiro momento, o que Schutz chama de um “observador desinteressado” da cultura do grupo do qual se aproxima³⁰. Não consegue e, podemos dizer, não pode se desvincular dos dados da sua biografia pessoal no contato com outro.

Schutz destaca três momentos típicos do processo de aproximação do estrangeiro com o grupo nativo que o recebe.

Primeiro, o estrangeiro que se aproxima do grupo receptor e inicia com ele relações que pretende duradouras e estáveis, ocupa a posição de um observador meramente crítico e distante que vai cedendo lugar a uma posição de participante ativo e o padrão cultural do grupo aproximado vai deixando de ser objeto de apreciação subjetiva para ser um conjunto de procedimentos e conceitos com os quais deve lidar de forma a encetar com seus membros relações efetivas. Conforme Schutz: *“Saltando da plateia para o palco, então para o discurso, o outrora observador torna-se um membro do elenco, um protagonista dentro das relações sociais com seus coautores, e participa a partir daí das ações em progresso”*³¹.

Segundo, nesse complexo processo de aproximação, o novo padrão cultural assume para o imigrante um “caráter ambiental”, isto é, sua situação de afastamento

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem, p. 123.

³¹ Ibidem, p. 123.

crítico muda para o de convivência e interações reiteradas³². Trata-se de um momento crítico aonde suas concepções e fórmulas de julgamento prévio sobre o grupo receptor vão cedendo lugar a um conjunto mais vívido de impressões, mais pervasivo aos novos elementos da cultura receptora e que serão incorporados ao acervo de conhecimento do estrangeiro. As experiências cotidianas passam a orientar sua apreciação e suas relações com o novo.

Em terceiro e, por fim, os recursos cognitivos disponíveis no seu grupo de origem para interpretar o grupo estrangeiro vão se mostrando progressivamente insuficientes na medida em que o conjunto de concepções, fórmulas e receitas para compreender e lidar com o outro não funcionam adequadamente em situações que exigem uma interação complexa e reiterada com o grupo receptor. A interpretação que traz de sua cultura original sobre o grupo do qual se aproxima são como que informações de guias de viagem utilizadas para se orientar em situações formais e típicas para quem está de passagem, mas não servem como referências seguras para aquele que permanece³³. O grupo que recebe o estrangeiro reclama deste tipo de conhecimento de receita sobre a sua cultura porque ele não comporta as necessárias negativas e contra argumentações, considera-o artificial porque se apresenta como pronto e infenso a qualquer tipo de verificação e contraprova. De acordo com Schutz este é o momento em que o estrangeiro se torna ciente de que seu “pensar habitual”, isto é, suas ideias pré-estabelecidas sobre o grupo externo não dão conta de explicar aspectos mais específicos e comezinhos da vida cotidiana do grupo que o recebe³⁴.

Eis a natureza do que o autor chama de primeiro “choque” para a confiança do estrangeiro na validade de seu “pensar habitual”. Suas fórmulas originais de interpretação do grupo aproximado não são mais consideradas eficazes e corretas, não podem enfim serem utilizadas como um esquema de orientação infalível para a comunicação com a cultura receptora, ao mesmo tempo em que não pode também deixar de perceber as inconsistências e as incoerências do padrão cultural do grupo que o recebe.

Schutz destaca três razões que explicam a situação de permanente sensação de inadequação e singularidade da condição do estrangeiro em relação ao grupo aproximado: Primeiro, para os membros os membros do grupo aproximado os esquemas

³² Ibidem.

³³ Schutz, Alfred (2010). Op. Cit.

³⁴ Ibidem.

de interpretação, fórmulas e receitas para o dia a dia são utilizados acriticamente e com propriedade porque eles estão localizados no centro do sistema de relações e sabem nele se localizar com precisão. Para o estrangeiro, entretanto, essa utilização é dificultada porque ele carece de um status específico que lhe sirva de ponto de partida para utilizar o padrão cultural do grupo receptor como um “esquema de orientação natural” e “digno de confiança”³⁵. Somente membros do grupo interno tendo um definitivo status em sua hierarquia e tendo também consciência dele podem usar seu padrão cultural com tal propriedade. Schutz afirma que o estrangeiro não pode considerar-se como o centro do ambiente social no grupo receptor, pois ele é “*um caso limite fora do território coberto pelo esquema de orientação*” do grupo receptor³⁶.

Em segundo lugar, aquilo que para o integrante do grupo receptor constitui um padrão cultural e um conjunto de receitas coerentes e coincidentes enquanto sistemas de interpretação e de expressão, para o estrangeiro é impossível não aperceber-lhes as inconsistências. Ele está, portanto, sempre envolvido num trabalho de tradução daquelas expressões culturais a partir de suas próprias referências culturais, procurando integrá-las aos padrões semelhantes e aproximativos de sua própria cultura de origem. No entanto, toda tradução comporta algumas discrepâncias e lacunas e o estrangeiro deve aprender a como conviver com elas. Schutz estabelece um paralelo entre essa situação e o aprendizado de uma nova língua, quando somente uma experiência muito prolongada e ativa com uma língua estrangeira permite ao estrangeiro passar da situação de passivo entendimento de uma linguagem a seu ativo domínio como meio de expressar sentimentos mais profundos e abstratos e acrescenta:

A fim de dominar uma linguagem livremente como um esquema de expressão, deve se ter escrito cartas de amor com ela; ter condição de rezar e xingar com ela e dizer as coisas com o tom apropriado ao destinatário e à situação. Somente membros do grupo interno têm o esquema de expressão genuinamente à mão e domina-o livremente dentro de seu pensar habitual³⁷.

A linguagem como um sistema de interpretação, segundo Schutz, não se reduz a simples símbolos linguísticos catalogados nos dicionários e regras sintáticas enumeradas em uma gramática ideal. Cada grupo social apropria-se de um modo muito particular da língua oficial subvertendo muitas vezes os sentidos definidos como corretos pela

³⁵ Ibidem, p. 124.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Ibidem, p. 126.

chamada língua culta e pela gramática culta. Uma gíria, uma entonação ou um gesto que acompanha uma expressão linguística podem ser aprendidos por um estrangeiro, mas constituem muitas vezes maneiras particulares de apropriação do idioma que podem ser impenetráveis até mesmo por outros grupos sociais componentes de subculturas da mesma sociedade. A própria expressão literária de uma língua encerra um modo de dizer que é idiossincrático, isto é, não comporta traduções perfeitas para outro idioma.

Somente o nativo cultural, segundo Schutz, consegue sentir-se perfeitamente confortável e natural na utilização destes recursos simbólicos mobilizados na interação com seus outros naturais. O padrão cultural permite ao elemento interno ao grupo agir com automatismo e reagir semi-conscientemente aos estímulos comunicacionais na interação entre iguais. Somente quando se viveu toda uma vida exercitando as receitas e as fórmulas do seu padrão cultural em situações práticas, afirma o autor, se pode aplicar com sucesso as respostas adequadas aos sinais ofertados pelo outro semelhante nas distintas situações, bem como se pode identificar com presteza os desvios das situações padronizadas e lidar com eles adequadamente.

Para o estrangeiro que se aproxima, entretanto, o padrão cultural do grupo receptor não constitui um guia seguro e certo de ação e reação aos estímulos presentes em cada situação. Ao invés de seguros são probabilísticos, ao invés de eficazes são sempre uma incógnita, algo que se aplica sem a certeza plena que um nativo possui acerca dos resultados a que chegará com os sinais e signos emitidos com respeito a efetiva comunicação de suas intenções. Nas palavras de Schutz: “o padrão cultural do grupo aproximado para o estrangeiro não é um abrigo, mas um campo de aventuras”³⁸.

Deriva de tudo isso, segundo Schutz, dois traços característicos da atitude do estrangeiro em relação ao grupo que o recebe e que tem sido destacado por inúmeros sociólogos que se dedicaram ao estudo deste tópico especial:

Primeiro, a objetividade do estrangeiro. Schutz não cita os escritos de Simmel neste aspecto da sua observação sobre o comportamento típico do estrangeiro, mas não há como não perceber aqui um diálogo especial. Segundo Schutz, essa objetividade do estrangeiro não deriva simplesmente de sua atitude de indiferença e de distanciamento críticos com respeito aos valores e crenças da sociedade aproximada, tal como destaca Simmel. Para Schutz essa objetividade é menos resultado da propensão do estrangeiro de comparar seu próprio modelo e padrão cultural com aquele do grupo aproximado, que

³⁸ Ibidem, p. 128.

resultado da sua “penúria” para obter total fluência nos códigos e signos do padrão cultural deste. Assim, afirma, a “profunda razão” para a sua objetividade está em sua “amarga” experiência com os limites da sua compreensão do “pensar habitual” do grupo receptor, o qual o ensina que *“um homem pode perder seus status, suas regras de orientação, e até mesmo sua história e que o estilo de vida normal é sempre muito menos garantido do que parece”*³⁹. Dessa forma, prossegue, o estrangeiro consegue antever com maior clarividência as inconsistências, as lacunas eventuais, “crises” e colapsos da visão naturalizada do mundo habitual e seu correspondente estilo de vida.

A segunda característica do estrangeiro guarda relação com a sua “lealdade duvidosa”. Novamente, a referência velada a Simmel não se pode deixar de notar. Para Schutz não se trata neste particular, da “lealdade duvidosa”, de uma perseguição ou posição de bode expiatório a qual é colocado o estrangeiro devido à sua capacidade crítica com respeito aos valores naturalizados do grupo interno, mas que esse sentimento de ingratidão muitas vezes externada contra o estrangeiro deriva, na realidade, da ambiguidade de sua situação como alguém situado entre dois padrões culturais, como alguém que conquanto se pretenda um membro do grupo aproximado não aceitou integralmente a totalidade do padrão cultural do grupo interno como algo natural e mais apropriado para lidar com as possíveis resoluções exigidas pela vida prática. Isto é especialmente verdadeiro, prossegue, quando o estrangeiro se mostra “inapto” ou “não disposto” a substituir seu padrão cultural de origem pelo novo padrão cultural. É isso, segundo Schutz, que o leva a ser visto como um “homem marginal”, como um híbrido cultural à margem de dois padrões de vida de grupo não sabendo a qual deles de fato confiar.

Como em Simmel, a sociologia do estrangeiro de Schutz destaca que “estranheza” e “familiaridade” não são elementos adstritos a relação social do imigrante com o grupo social interno, mas que são categorias gerais de nossa interpretação do mundo. Quando encontramos em nossa experiência cotidiana algo diferente do que estamos habituados nosso movimento natural é no sentido de trazermos o elemento desconhecido para algo que nos seja compreensível dentro da ordem de nosso padrão cultural. Assim, mobilizamos nosso “acervo de conhecimento” no sentido de trazer para a órbita dos fenômenos conhecidos e familiares aquilo que num primeiro momento nos parece estranho de sorte a que se torne compatível e consistente com os outros fatos de nossa

³⁹ Ibidem, p. 127.

experiência e seus significados comuns. Quando esse processo é bem sucedido conseguimos transformar o exótico em mais um elemento entre tantos de um conjunto de fenômenos e ocorrências registrados em nosso conhecimento “certificado”⁴⁰.

O processo de ajuste social no qual o estrangeiro tem que se submeter para ser aceito no grupo aproximado é, para Schutz, um caso particular desse princípio geral. Como diz, a adaptação do recém-chegado ao grupo interno é um processo contínuo de indagação do padrão cultural do grupo que o recebe. E conclui:

Se este processo de indagação tiver sucesso, então este padrão e seus elementos tornar-se-ão para o recém-chegado uma coisa natural, um inquestionável estilo de vida, um abrigo e uma proteção. [...] Então o estrangeiro não será mais um estrangeiro e seus específicos problemas terão sido resolvidos”⁴¹.

Conclusão: Formalismo e Generalização - A inespecificidade da condição cultural do imigrante nas sociologias do estrangeiro de Simmel e Schutz.

Embora trilhando caminhos diferentes, as sociologias de Alfred Schutz e Georg Simmel sobre o estrangeiro/imigrante chegam a alguns resultados que são, no nosso entendimento, substantivamente iguais. Em primeiro lugar, cumpre destacar que ambos procuram caracterizar o “tipo” e desvinculá-lo de suas situações concretas e meios materiais de existência. Chegam, assim, os autores, ao reconhecimento de que a situação de estrangeiro, no que diz respeito à ambígua posição entre o “familiar” e o “exótico”, pode ser experimentada por qualquer indivíduo em inúmeras outras situações e posições relativas às relações sociais. A ênfase neste aspecto faz com que ambos percam um pouco da especificidade da situação do imigrante. A própria preferência à designação genérica de estrangeiro ao invés da mais específica de imigrante esvazia um pouco o conhecimento das condições de vida, das aspirações, enfim, da situação especial que distingue o imigrante como um tipo particular de estrangeiro.

Os autores têm ainda explicações que enfatizam os aspectos relativistas da condição de estrangeiro/imigrante, ou seja, afirmam as situações de familiaridade e de estranhamento como contingentes das relações sociais e, neste sentido, a “estranheza” inerente à condição de estrangeiro/imigrante constitui um “sentimento” derivado do

⁴⁰ Schutz, Alfred (2010). Op. Cit.

⁴¹ Ibidem, p. 129.

complexo de experiências vividas por qualquer indivíduo nas suas interações com outros. Como afirma Simmel, a condição de estrangeiro tem uma componente “psíquica”, com o que quer expressar que as posições socialmente definidas de “estranho” e “familiar” não são fixas e adstritas a alguma pessoa em especial, mas que derivam de uma condição relativa a situações cambiantes nas relações sociais. Schutz, por sua vez, destaca que somos ou podemos ser estrangeiros dentro de nossa sociedade quando experimentamos mudanças entre as diversas subculturas e trocas de papéis conforme as exigências dessas transformações culturais. Como diz este autor, também é estrangeiro o interiorano que se muda para a capital, o noivo que quer ser aceito pela família da noiva, o filho do fazendeiro que entra para a faculdade. Apesar disso minimizam ou mesmo restringem, Simmel e Schutz, as consequências e possibilidades comunicacionais que resultam da condição/situação de estrangeiro.

Simmel, por exemplo, prefere ressaltar as habilidades do estrangeiro para o comércio do qual é, segundo sua explicação materialista e historicista, um produto e uma consequência naturais. Entendido para além de seus efeitos estritamente econômicos, o comércio constitui, de acordo com este autor, uma prática eminentemente de transação cultural e, portanto, comunicacional. O comércio, na explicação de Simmel, é atividade consequente das transformações políticas e da administração do território experimentadas na Europa em determinado tempo e sob certas condições que permitirão o surgimento da empresa e do empreendimento supralocal. O comerciante é, num entendimento ampliado da sua teoria, alguém que junto com as suas mercadorias leva também seus valores, crenças, expressões culturais que são intercambiados com os nativos e locais juntamente à sua atividade comercial. Como vimos, segundo Simmel, a condição de estrangeiro é eminentemente relacional. Só há estranheza e familiaridade como fatores de uma genuína relação, isto é, como resultado do intercâmbio entre indivíduos que se dispõem a comunicar-se. Tal é a razão, para o autor, de não serem estrangeiros os “bárbaros” da Grécia antiga, com os quais os gregos não mantinham qualquer relação, mas que eram simplesmente escravos.

Schutz por sua parte opta por se ater, em sintonia com seus estudos mais genéricos sobre as relações sociais, nos aspectos mais cognitivos da condição do estrangeiro. Descreve, da mesma forma que Simmel, o imigrante a partir de uma espécie de “tipo ideal”, e não se aventura por nenhuma tentativa de descrição das particularidades dessa condição. Fixa-se nos aspectos cognitivos e, em especial, tem uma visão

dramatizada das interações entre membros nativos de determinado grupo com aquele que se aproxima deste grupo de forma mais intensa e permanente. “Crise cognitiva”, “labirinto cognitivo”, “lealdade duvidosa”, “desconfiança”, “marginalidade” são expressões encontradas em seu ensaio para definir a condição do estrangeiro. Como consequência, imobiliza sua análise do estrangeiro entre duas posições: diferença e absorção. O estrangeiro ou é o diferente ou é, alternativamente, o absorvido e, neste caso, deixa de sê-lo, isto é, deixa de ser estrangeiro. Não destaca ou mesmo enxerga nessa relação um potencial transformador e um dinamismo renovador das culturas. Deixa, assim, sem qualquer apreciação dois aspectos importantes segundo a nossa apreciação. Primeiro, o autor não explora devidamente as potencialidades comunicativas emergentes da interação entre diferentes. Crise, choque, desconfiança e marginalidade são aspectos negativos da interação entre nativos culturais e imigrantes, mas não são os únicos componentes dessa relação. Superação, aprendizado, comparação e convivência são aspectos igualmente presentes nas interações entre diferentes e que resultam em aquisição cognitiva. Tais elementos apontam, outrossim, em direção diversa, para elementos positivos oriundos dessa mesma relação. Em segundo lugar, Schutz, embora enfatize os aspectos cognitivos da condição de estrangeiro/imigrante, não descreve qualquer dispositivo cognitivo específico de compreensão e ou de transação de sentidos que sejam típicos desse tipo de interação.

A título de conclusão considero que ambos os autores esvaziam um pouco a compreensão plena do tipo de comunicação que se estabelece na relação entre nativo cultural e imigrante. Por maior que sejam as dificuldades na interação entre nativos de diferentes culturas, as oportunidades para uma comunicação efetiva e eficaz estão colocadas para ambas as partes dessa relação. Tira maior proveito da relação aquele se que coloca em posição de maior abertura para o outro. O estrangeiro, na verdade, é aquele que frequentemente é o mais aberto à absorção da diferença, pois é quem procura o diferente, pelos mais variados motivos, não apenas o comercial. É quem melhor convive com a diferença pela própria razão de ter sido esta a sua opção. Destaca-se, assim, com frequência nas atividades sociais mais abertas à competição: o comércio, a indústria, o turismo, os serviços. Prepara, com muita frequência, e com muita competência, as suas gerações futuras para a conquista de posições de prestígio que lhe são vedadas pela tradição e clausura das culturas que os recebem.

A diferença representa oportunidade para comunicação. O reconhecimento do diferente é o ponto de partida daquele que numa situação intencional de diálogo oferta um signo que precisa ser reconhecido pelo outro. Sabe, portanto, aquele que se aproxima do diferente que a transação de significados exige um esforço crítico que consiste em buscar no seu acervo cultural original, no “acervo de conhecimentos” do seu padrão cultural, aqueles elementos que podem se constituir em pontes conceituais para expressão de um sentido reconhecido por ambos, emissor e receptor.

O nativo da cultura receptora está frequentemente numa posição em que é surpreendido pelo estrangeiro nos atos de comunicação (isso, obviamente, quando não está envolvido num trabalho relacionado de alguma maneira aos estrangeiros ou com questões específicas da imigração).

O imigrante, por seu turno, aprende o idioma da cultura receptora por necessidade de comunicação; é dele com frequência que deve partir a oferta de sentidos e significados para a interação e, nessa condição, apreende não raro o idioma da cultura receptora com rapidez por estar frequentemente colocado no polo ativo da comunicação, como aquele que pela regra tácita do contato intercultural deve se esforçar para se fazer entender.

Para compreender como o estrangeiro, especialmente o imigrante realiza a comunicação com o nativo cultural é que desenvolvemos o conceito de “fluência cultural”. A fluência cultural supõe que o estrangeiro é capaz de se mover na cultura receptora mesmo quando experimenta a difícil fase de compreensão e absorção dos elementos básicos da cultura diversa: a língua, os valores morais, a etiqueta, as leis, a religião. A fluência cultural se adquire por intermédio de inúmeros expedientes alguns deles de difícil precisão porque intuitivos e sem registros metodológicos teóricos ou mesmo práticos. O conceito de fluência cultural permite a compreensão de uma escala gradativa entre a situação de estranhamento total quando os nativos culturais identificam o imigrante como o tipo perfeito de “estrangeiro”, isto é, como aquele que vive plenamente o que Schutz chama de “crise cognitiva”, passando pela situação de progressiva incorporação dos dados da cultura receptora, quando o estrangeiro vai se transformando, aos olhos dos nativos culturais, num “imigrante”, alguém que está aqui para ficar; até a situação em que o “imigrante” ao adquirir plena fluência na cultura receptora se transforma numa espécie de agregado, ou seja, alguém que embora não seja um nativo da cultura receptora pela impossibilidade natural e devido a sua história pessoal não é mais tampouco qualquer “estrangeiro”.

Referências

- Berger, Peter; Luckman, Thomas (1986). *A construção social da realidade*, Petrópolis: Vozes.
- Cohn, Gabriel (2003). *Crítica e Resignação*, São Paulo: Martins Fontes.
- Cotesta, Vittorio (2002). *Lo Straniero – Pluralismo culturale e immagini dell'Altro nella società globale*, Milano: Editori Laterza.
- Garfinkel, Horold (1989). *Studies in Ethnomedology*, Cambridge: Polity Press e Oxford: Basil Blackwell.
- Husserl, Edmund (1986). *Ideas Relativas a Una Fenomenología Pura y Una Filosofía Fenomenológica*, México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Shutz, Alfred (1995). *El problema de la realidad social*, Buenos Aires: Amorrortu editores.
- _____. (2010). "O Estrangeiro – Um ensaio em Psicologia Social". In *Revista Espaço Acadêmico*, n. 113, p.117-129, out.
- Schütz, A.; Luckman, T. (1977). *Las Estructuras del Mundo de la Vida*, Buenos Aires: Amorrortú.
- Simmel, Georg. (1989). *Sociologia*, Milano: Comunità.
- _____. (1950). *The Sociology of Georg Simmel*. Tradutor Kurt Wolff. New York: Free Press.
- Weber, Max (2002). *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: LTC.